

ANEXO

Escola Náutica Infante D. Henrique

Ciclo	Ciclo de estudos			Duração	N.º de ECTS	Curso objecto de adequação		N.º de Registo
	Denominação	Percursos Alternativos	Grau			Denominação	Grau	
1.º	Engenharia de Máquinas Marítimas	Ramos: Sistemas Marítimos; Sistemas Portuários	L	6	180	Engenharia de Máquinas Marítimas	B+L	R/B – AD – 602/2007
1.º	Engenharia de Sistemas Electrónicos Marítimos		L	6	180	Engenharia de Sistemas Electrónicos Marítimos – Ramos: Electrónica e Telecomunicações; Tecnologia Marítima	B+L	R/B – AD – 603/2007
1.º	Pilotagem		L	6	180	Pilotagem – Ramos: Carga e Passageiros; Pescas; Navios-Tanque	B+L	R/B – AD – 604/2007

Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus

Despacho (extracto) n.º 6117/2007

Por despacho de 22 de Janeiro de 2007 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus, nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada nesta Escola a lista de antiguidade dos funcionários e agentes da Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus reportada a 31 de Dezembro de 2006, a qual foi homologada por despacho de 22 de Janeiro de 2007 da presidente do conselho directivo.

Os funcionários e agentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do decreto-lei supracitado.

3 de Março de 2007. — O Secretário, *Rui Manuel Mourato Pires Mendes*.

Escola Superior de Enfermagem de Vila Real

Despacho (extracto) n.º 6118/2007

Por despacho de 26 de Janeiro de 2007 do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Vila Real, foi renovada por mais três anos a comissão de serviço extraordinária, por urgente conveniência de serviço, de Carlos Alberto Granjo dos Santos, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária, na categoria de assistente da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico, na Escola Superior de Enfermagem de Vila Real, desde 1 de Março de 2004, com efeitos à referida data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Março de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel de Oliveira da Costa Rodrigues*.



PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 6119/2007

Por despacho do Presidente do Tribunal Constitucional de 5 de Março de 2007, foi renovada, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 12 de Janeiro, a comissão de serviço ao licenciado António Fernandes da Silva Taborda no cargo de direcção intermédia de 1.º grau do Centro de Informática do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 28 de Maio de 2007.

7 de Março de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria de Fátima Ribeiro Mendes*.

Despacho (extracto) n.º 6120/2007

Por despacho do Presidente do Tribunal Constitucional de 2 de Março de 2007, foi concedida licença de longa duração, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao licenciado Miguel Lobo Antunes, assessor principal do quadro de pessoal do Tribunal Constitucional.

8 de Março de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria de Fátima Ribeiro Mendes*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Secção Regional dos Açores

Declaração (extracto) n.º 82/2007

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e pelo despacho n.º 2/2007 — JC/SRATC, de 6

de Março, foi Jaime Manuel Gamboa de Melo Cabral, auditor-chefe, designado vogal substituto do conselho administrativo do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e do seu Cofre Privativo, em substituição de José Henrique Martins Borges, ficando derogado, nessa parte, o artigo 1.º do despacho n.º 3/2005 — JC/SRATC, de 13 de Dezembro, e com efeitos a partir de 6 de Março de 2007.

6 de Março de 2007. — O Subdirector-Geral, *Fernando Flor de Lima*.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA

Anúncio n.º 1776/2007

Catarina de Moura Ferreira Ribeiro Gonçalves Jarmela, juíza de direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, faz saber que corre termos nesta unidade orgânica a acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos, interposta em 4 de Dezembro de 2006 e autuada sob o n.º 3197/06.2BELSB, em que são autor o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e entidade demandada o Instituto da Segurança Social, I. P., na qual foi formulado o pedido de:

I) Declaração da inexistência jurídica ou nulidade do acto aparente que foi constituído em obstáculo à nomeação da interessada Maria do Pilar de Sousa Rodrigues Duarte Alves;

II) Condenação do réu a:

a) Convocar a interessada Maria do Pilar de Sousa Rodrigues Duarte Alves para proceder à escolha do lugar pretendido;

b) Respeitar a sua preferência;

c) Nomeá-la no lugar escolhido, correspondente ao direito de preferência de que goza em virtude de ter sido posicionada no 151.º lugar da lista de classificação final;